

# Aportes teórico-metodológicos para um Sociofuncionalismo Histórico

## *Theoretical and methodological contributions to Historical Sociofunctionalism*

Márluce COAN 

Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
Foz do Iguaçu, Brasil  
[marluce.coan@unila.edu.br](mailto:marluce.coan@unila.edu.br)

Valdecy de Oliveira PONTES 

Universidade Federal do Ceará  
Fortaleza, Brasil  
[valdecy.pontes@ufc.br](mailto:valdecy.pontes@ufc.br)

**Resumo:** Neste artigo, apresentamos aportes teórico-metodológicos para a operacionalização de pesquisas em *Sociofuncionalismo Histórico*. Para tanto, contextualizamos a perspectiva adotada em tríade, por incorporar pressupostos da Sociolinguística variacionista, do Funcionalismo norte-americano e da Linguística Histórica. Os aportes são apresentados em dois eixos: um primeiro, que articula o dilema do ponto de partida (por variável linguística ou por domínio funcional) e seu impacto na coleta de dados (escolha de *corpus/corpora* e delimitação de fronteiras temporais); o segundo trata do tipo de pesquisa (histórica ou diacrônica), que tem consequências para o tipo de análise, especialmente aquela pautada em princípios sociolinguísticos (estratificação, variação estilística e difusão) e princípios funcionalistas (gramaticalização, iconicidade e marcação). Optamos, neste texto, por um viés mais argumentativo do que propriamente analítico, via levantamento de dilemas teórico-metodológicas e consequente apresentação de direcionamentos, com o intuito de tecer mais um capítulo do *Sociofuncionalismo Histórico*. A perspectiva em tríade (Sociolinguística, Funcionalismo e Linguística Histórica) e o foco em dilemas e direcionamentos propiciam avanços teórico-metodológicos à abordagem sociofuncionalista, conferindo relevância à proposta por seu potencial impacto científico.

**Palavras-chave:** Sociolinguística; Funcionalismo; Linguística Histórica; aportes teórico-metodológicos.

**Abstract:** In this article, we present theoretical and methodological contributions to the operationalization of research in *Historical Sociofunctionalism*. To this end, we present the adopted perspective as a triadic framework that incorporates assumptions from variationist Sociolinguistics, North American Functionalism and Historical Linguistics. These contributions are organized into two domains. The first addresses the dilemma of the point of departure, whether based on a linguistic variable or a functional domain, and its impact on data collection, including corpus selection and the definition of temporal boundaries. The second domain concerns the type of research (historical or diachronic), which has consequences for the type of analysis, particularly those based on sociolinguistic principles (e.g. stratification, stylistic variation and diffusion) and functionalist principles (e.g. grammaticalization, iconicity and markedness). In this paper, we take a more argumentative than strictly analytical approach by surveying theoretical and methodological dilemmas and proposing solutions with the aim of adding one more chapter of *Historical Sociofunctionalism*. The triadic perspective (Sociolinguistics, Functionalism and Historical Linguistics) and the focus on dilemmas and directions provide theoretical and methodological advances to the sociofunctionalist approach, giving relevance to the proposal due to its potential scientific impact.

**Keywords:** Sociolinguistics; Functionalism; Historical Linguistics; theoretical and methodological contributions.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos observado um considerável interesse por interfaces teóricas no âmbito das pesquisas linguísticas, inclusive temos tratado de aplicar pressupostos convergentes entre Sociolinguística e Funcionalismo em muitas de nossas análises. Isso não implica dizer que, outrora, interfaces não fossem consideradas, mas que o eram em menor proporção, pelo menos no âmbito da articulação entre Sociolinguística e Funcionalismo. Nosso intento, neste artigo, é ampliar essa articulação teórica, como já o fizemos em outras pesquisas (ainda que em menor escala do que a que aqui apresentamos). Optamos pelo alargamento teórico-analítico, incorporando aportes da Linguística Histórica *lato sensu* e *stricto sensu* (nos termos de Mattos e Silva, 1999), o que nos conduz a uma tríade (ou abordagem multifacetada), em que pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística variacionista, do Funcionalismo norte-americano e da Linguística Histórica são somados para alargar a lente de

observação dos fenômenos linguísticos. Para tal intento, não podemos nos eximir de mostrar que “...no meio do caminho tinha uma pedra”<sup>1</sup>.

Optamos, neste texto, por um viés mais discursivo/argumentativo do que analítico, mas não nos eximimos de trazer exemplos de pesquisas, tanto para promover esclarecimentos sobre os aportes teóricos e metodológicos mobilizados, quanto para ilustrar os temas propostos. Em geral, quando se aborda temas em interfaces teóricas, ganham destaque as convergências, ficando os problemas em segundo plano (ou mitigados). Assim, em alusão aos planos discursivos, ora colocamos convergências em figura (*foreground*), ora divergências. cremos que destacar problemas permite a reflexão crítica, o que nos faz avançar cientificamente, ademais não tratamos de problemas advindos de interface estrita, mas de tríade, já que são três aportes teóricos que pautam a presente proposta.

Trazemos dois aportes teórico-metodológicos para apreciação do Sociofuncionalismo Histórico, cada qual em um campo: o primeiro refere-se ao dilema do ponto de partida e seu impacto na coleta de dados; o segundo diz respeito ao tipo de pesquisa (histórica ou diacrônica) e consequente análise pautada em princípios (sociolinguísticos e funcionalistas).

Organizamos o artigo em três seções, sendo a primeira esta introdução mais contextualizada, na qual englobamos nossa justificativa para a tríade (Sociolinguística + Funcionalismo + Linguística Histórica), bem como a proposta metodológica deste texto, mais centrada em um viés argumentativo do que propriamente analítico. As duas seções que lhe seguem abordam aportes teórico-metodológicos articulados em dois campos investigativos. No decorrer da discussão, fazemos alusão a pesquisas<sup>2</sup> que abordaram temas em interface ou minimizaram problemas advindos da incorporação de um viés histórico a uma interface (Sociofuncionalismo) já consolidada.

Embora estejamos quase sempre operando com *corpora*, nos quais procedemos à coleta e à análise de dados, esse procedimento em sentido estrito não será contemplado neste artigo, por julgarmos premente a apresentação de um texto que traga aportes teórico-metodológicos

---

<sup>1</sup> Verso do poema “No meio do caminho”, de Carlos Drummond de Andrade.

<sup>2</sup> Limitamo-nos a ilustrar o tema e não a apresentar um conjunto exaustivo de pesquisas, pois o foco não está em uma cartografia; assenta-se o presente texto em apreciação de aportes teórico-metodológicos.

sistematizados sobre o Sociofuncionalismo Histórico; assim sendo, nossa metodologia de trabalho consiste em levantamento de obstáculos teórico-metodológicos e a conseqüente apresentação de saídas. Dessa guisa, nosso texto não se configura estritamente como resultado de uma pesquisa específica, nem como proposição de um método de pesquisa, tampouco como revisão teórica. Possui um pouco de cada um desses vieses e, assim, vamos tecendo mais um capítulo do Sociofuncionalismo Histórico.

O viés histórico incorporado ao Sociofuncionalismo permite mostrar que podemos ampliar caminhos já trilhados. É fato que muitas pesquisas operam com a interface entre Sociolinguística e Funcionalismo, porém, como bem observaram Görski e Tavares (2013), essas pesquisas têm utilizado dados atuais, o que permite observação de mais ocorrências, sendo estas facilmente recuperáveis, analisáveis e sobre as quais se podem tecer avaliações por fazermos parte da comunidade de fala. A incursão histórica é, portanto, mais um passo para olhares múltiplos, já que o passado não pode ser explicado nem por nossa visão presente nem por um único viés, especialmente pelo fato de que não lidamos com nossa comunidade de fala. Cremos que quanto mais ampla a abordagem, mais possibilidade de reconstrução do passado. Nos termos de Lass (1980), explicar mudança implica produzir conhecimento sobre o passado e implica suprir perdas com base em nossas teorias; assim, um passado *racional* pode existir.

Há que se observar que os estudos sociofuncionalistas, no Brasil, já são realizados há algum tempo, o que se pode comprovar observando as pesquisas vinculadas ao PEUL/UFRJ (Naro e Braga, 2000). Tavares (2003), entretanto, é a responsável por uma discussão mais verticalizada sobre o Sociofuncionalismo; Görski e Tavares (2013) são as responsáveis por promover uma discussão mais ampla entre pontos convergentes e divergentes entre as duas propostas. Dentre as convergências apontadas por Tavares (2003, p. 127-129), colocamos três em destaque aqui, as quais se relacionam com análise histórica e espelham o disposto neste artigo: (i) “A mudança é disseminada ao longo do âmbito linguístico e do âmbito social, com alterações contínuas em termos de frequência”; (ii) “Recebem destaque a *história e a coexistência de diferentes formas*, investigadas como *camadas/variantes* que convivem em um mesmo domínio funcional...”; (iii) “Situações de estratificação/variação tendem a ser solucionadas com o passar do tempo”.

À parte dessas reflexões propostas por Tavares (2003), há outros pesquisadores que investiram na interface entre Sociolinguística e Funcionalismo, os quais são retratados na Cartografia *Caminhos do Sociofuncionalismo no Nordeste*, cujos resultados estão publicados em um dossiê organizado por Sousa, Kantack e Silva (2021). Além dos cartógrafos atuantes no Nordeste, que escreveram sobre algumas de suas pesquisas, o dossiê conta com trabalhos realizados por pesquisadores de outras regiões. Os autores (2021, p. 8), retomando Görski e Valle (2021, p. 186), citam: “[...] o Sociofuncionalismo tem se mostrado um campo bastante fértil e multifacetado ao longo dos anos, e está longe de se mostrar uma abordagem ultrapassada, como bem atestam os trabalhos que compõem este volume temático”.

Nossas pesquisas têm acompanhado esse movimento por anos e, atualmente, muito nos voltamos a análises históricas, cujos desafios nos parecem mais complexos, motivo que nos levou a tratar do tema neste artigo. Há, outrossim, pairando sobre nós o *paradoxo histórico* (nos termos de Labov, 1994, p. 21), o que também não é uma questão trivial: “*The task of historical linguistics is to explain the differences between the past and the present; but to the extent that the past was different from the present, there is no way of knowing how different it was*”.<sup>3</sup>

Do ponto de vista da Linguística Histórica, o foco tradicional recai sobre a reconstrução de estágios anteriores da língua e sobre os mecanismos de mudança fonética, morfológica, sintática e semântica ao longo do tempo, conforme Conde Silvestre (2007). Já o Sociofuncionalismo, resultante do diálogo entre a Sociolinguística variacionista e o Funcionalismo, enfatiza que a variação e a mudança linguística emergem do uso efetivo da língua em contextos sociais específicos, sendo condicionadas tanto por fatores estruturais quanto sociais e discursivos. Ao pensarmos na análise de dados do passado, a conversa entre a Linguística Histórica e o Sociofuncionalismo representa um movimento teórico-metodológico relevante nos estudos contemporâneos, ao integrar a análise da mudança linguística ao uso social da língua e às funções comunicativas das formas linguísticas, o que pode conduzir à minimização do paradoxo

---

<sup>3</sup> A tarefa da Linguística Histórica é explicar as diferenças entre o passado e o presente, mas a medida da diferença entre passado e presente, não há como saber quão diferente foi. (Tradução/adaptação nossa).

acima citado. Aludimos a Lass (1980), que considera o estudo da variação como um caminho para explicar a mudança, e a Coan (2003), que observa a incorporação do Funcionalismo nas pesquisas diacrônicas como um mecanismo de alargamento do escopo da análise variacionista em si (que considera a mudança muito mais como substitutiva), ao passo que análises funcionalistas observam as mudanças em outros vieses: mudança categorial ou semântica (sem substituição de uma forma por outra, mas migração ou alteração de traços de significado).

A convergência entre essas abordagens ocorre quando a mudança linguística passa a ser compreendida como um processo gradual, ancorado na variação sincrônica e no uso recorrente das formas linguísticas. Fenômenos como gramaticalização, reanálise e extensão funcional ilustram bem essa interface, pois demonstram como elementos lexicais ou construções passam a assumir funções gramaticais a partir de padrões de uso frequentes em determinadas comunidades de fala. Nesse sentido, a variação observada em um dado momento histórico constitui o ponto de partida para transformações estruturais futuras. Além disso, o Sociofuncionalismo contribui para a Linguística Histórica ao incorporar categorias como frequência de uso, marcação discursiva, pressões comunicativas e fatores sociais, permitindo explicar não apenas *o que* muda na língua, mas *por que* e *como* essas mudanças se estabilizam ou se difundem. A mudança linguística deixa, assim, de ser vista como um fenômeno abstrato e passa a ser entendida como resultado de práticas comunicativas situadas historicamente.

Não pretendemos (nem podemos) nos alongar na explicação das teorias de base, cujos pressupostos integram as seções seguintes, nas quais intentamos mostrar alguns dilemas advindos de nossas pesquisas ou premissas que, em princípio, parecem complexas ou passíveis de contestações, levando-nos a escolhas que envolvem perdas ou ganhos. Buscam-se, nesse ínterim, saídas: por vezes, há as *doces saídas*; outras vezes, as *saídas são amarga*:

Confía en el tiempo, que suele dar dulces salidas a muchas amargas dificultades.<sup>4</sup>(Cervantes, 1998, p. 829).

---

<sup>4</sup> Confia no tempo, que costuma dar doces saídas a muitas amargas dificuldades. (Tradução nossa)

## **2 PRIMEIRO APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO: A ESCOLHA DO PONTO DE PARTIDA E O IMPACTO NA COLETA DE DADOS**

Parece simples, *a priori*, definir um objeto de estudo. Se estamos no âmbito da Sociolinguística variacionista, partimos de formas que codificam um mesmo referente em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade (Labov, 1978); se nossa perspectiva é funcionalista, temos uma função a ser investigada, a qual pode ter codificações diversas a depender do discurso do qual emerge. Isso parece de fácil operacionalização em pesquisas sincrônicas mais recentes. Porém, o viés histórico, por vezes, impede-nos de uma escolha estrita de uma regra variável, com base em nossos conhecimentos da sincronia presente.

Para essa discussão, corroboramos o exposto em outra obra (Coan, 2021), na qual sugerimos, amparados por Dubois e Votre (2012), que a visão holística é a melhor saída, ou seja, a análise deve considerar as relações entre forma e função, “sem opção de direcionalidade”, “escapando, assim, aos reducionismos clássicos da linguística contemporânea” (Dubois e Votre, 2012, p. 54). Entendemos que uma visão holística implica a escolha analítica por micro-domínio funcional, nos termos de Givón (1984), como uma área funcional mais específica — o *tempo futuro*, por exemplo, em relação a áreas mais gerais — o *Tempo*, por exemplo. Também se aplica a noção de camadas de Hopper (1991), em que não haveria prioridade para a forma ou para a função, ademais de considerar gramaticalização como um processo inerente à configuração de algumas variantes. Cremos que, em perspectiva histórica, haveria perdas se houvesse escolha estrita, o que não acontece em pesquisas sincrônicas. Outro argumento que nos leva a considerar o ponto de partida como um domínio funcional é o fato de que nem sempre estará em cena uma equivalência semântica estrita (no sentido de significado referencial, conforme proposta de Labov, 1978), mas a ideia de equivalência discursiva ou funcional, nos termos de Tagliamonte (2006).

Vejamos o problema em uma pesquisa em si, para ilustrar o tema. Com base em pesquisas sobre a variação entre o pretérito mais-que-perfeito e o pretérito perfeito simples no Português do Brasil (considerando, por exemplo, três delas das últimas décadas: Coan, 1997; Martins, 2011; Coan, Lima e Sampaio, 2021), podemos investigar essas formas em séculos anteriores, partindo das formas indicadas nas pesquisas (pretérito mais-

que-perfeito simples/composto e pretérito perfeito simples). Ocorre que o ponto de partida via variável – variantes pode gerar um problema analítico, se o mecanismo de abordagem estiver restrito ao que sabemos sobre o presente; em outras épocas, outras formas podem aparecer para representar um passado do passado ou um antepretérito. Vejamos algumas poucas considerações sobre o tema.

Do português arcaico ao contemporâneo, há que se considerar que, no micro-domínio do antepretérito, há um passado do passado não imediato (um ante-co-pretérito nos termos de Bello, 1847) e outro imediato (chamado perfeito anterior, nos termos de Dias, 1918 e Silveira Bueno, 1955). Assim, à parte de buscar somente as formas simples e composta do pretérito mais-que-perfeito e a forma simples do pretérito perfeito como o fazem os autores na atualidade, há que verificar esse passado imediato, representado no português arcaico pelo perfeito anterior, forma em desuso atualmente<sup>5</sup>. Isso implica, em princípio, uma forma a mais nos dados que representariam o antepretérito, ou seja: pretérito mais-que-perfeito simples (conforme exemplo 01); pretérito mais-que-perfeito composto (com *haver* e *ter*, como ilustramos em 02 e 03); pretérito perfeito simples (apresentado em 04) e perfeito anterior (exemplificado em 05).<sup>6</sup>

- (01) Como Santa Maria tirou un escolar de prijon en Touro porque lle FEZERA hu~a cantiga eno carcer jazendo. [*Cantigas de Santa Maria, século XIII, 1264-1284, Afonso X*]
- (02) P(er) o se algu~u~ acusasse q(ue) AUIA FEYTO pecado de simonia e fosse en duuida se o fez(er)a por p(re)ito ou por sa uoontade, deue aquel seu mayoral q(ue) ouuer de liurar o bispado e o apostoligo... [*Alphonse X, Primeyra Partida, século XIV, 1350ca*]
- (03) Por quamto dissemos do Comde Joham Fernamdez que na noite que sse el Rei finou, partio mui trigoso pera seu comdado, receamdosse aaquella hora de receber dano por o que FEITO TIINHA... [*Crónica de Dom João I, Parte 1, século XV*]
- (04) E disse que acharon em Merida hu~a tavao de laton escripta que dizia assy: “Gentes de muytas partes veerom a fazer a cidade de Ilia con medo dos de Merida; e que achara que a FEZERON muy toste e muy sotilmente. [*Crónica Geral de Espanha, século XIV*]

<sup>5</sup> Para mais informações sobre esse uso em particular, sugerimos a leitura de Coan (2025).

<sup>6</sup> Os exemplos de (01) a (05) aqui citados, todos com o verbo “fazer”, são reportados exatamente como aparecem no *corpus* do qual foram retirados: <https://cipm.fcsh.unl.pt/>.

(05) E est[o] disse el ssabendo q(ue~) era aq(ue)l q(ue) o trahia. \$ E por esso ouue d(i)to q(ue) no~ era~ todos li~phos. \$ E despoys q(ue) isto OUUE FEITO tolheu aq(ue) pano q(ue) tragia ci~to e uistiu sas vistiduras e asaentousse outra uez aa çea...  
[Alphonse X, *Primeyra Partida*, século XIV, 1350ca]

Devemos considerar, ainda, que a essa análise de variação, outra situação historicamente se imbricava: o processo de gramaticalização da forma composta. Assim, nem toda construção com “*haver*” no imperfeito mais particípio entra no domínio do antepretérito, já que há casos ainda não gramaticalizados, o que fica bem evidente em (06) abaixo, exemplo no qual o particípio “*feytas*” expressa concordância de gênero feminino e número plural com “*algũas cousas*”.

(06) ... e depoys que os ouuessem feytos e postos en sseus logares e soube|n|ssenos visitadores que AUIÃ FEYTAS algũas cousas do que nõ deuiã e os erros que achassem delles que o dissessem en cabidoo e que lhys posessem pãa segundo o que mereçessem. [Alphonse X, *Primeyra Partida*, século XIV, 1350ca]

Ademais, no português medieval, há variação entre *-ra* e *-ro* para a terceira pessoa do plural (conforme Coan, 2022). A variação, nesse caso, é um dos motivos que conduziram à atual homonímia da terceira pessoa do plural entre perfeito simples e mais-que-perfeito simples (Eu fiz/eles fizeram *versus* eu fizera/eles fizeram), do que decorre a necessidade de incluir formas em *-ro* na análise, bem como, por vezes, excluir formas em *-ra* por não se referirem necessariamente a um passado do passado. O que se observa é que *-ra* e *-ro* (na terceira pessoa do plural: *fizeram*/*fizeron*) tanto serviam à codificação de um antepretérito, como serviam à codificação de um passado anterior ao momento de fala. Há, outrossim, que atentar, durante a coleta de dados, à forma do particípio, que, no período arcaico, por exemplo, aparecia com variação entre *-uda* e *-ido* (*recebuda*/*recebido*).

Sem querer ampliar demais a justificativa para uma coleta “*in vivo*”<sup>7</sup>, citamos ainda o caso de alomorfia entre *-is/-des* na segunda pessoa do plural, que, de acordo com Mattos e Silva (2001, p. 45), decorre da atuação de três regras fonológicas: apagamento do *-d-* intervocálico > assimilação

<sup>7</sup> Usamos o termo “*in vivo*” para designar coletas advindas de textos reais, analisados na íntegra pelo pesquisador e não via programas de busca (coleta esta que chamamos de coleta “*in vitro*”).

vocálica > ditongação (amárades → amáraes → amárees → amáreis). Conforme Piel (1989, p. 218 *apud* Mattos e Silva, 2001, p. 45), o apagamento do -d- intervocálico que desencadeou as regras assimilatórias subsequentes começa a aparecer documentado “nos inícios do século XV, o mais tardar”. Teyssier (1959, p.182 *apud* Mattos e Silva, 2001, p. 45) observa que, em Gil Vicente, ainda ocorre, mas como marcador estilístico, para caracterizar a fala das “comadres”.

As considerações acima implicam uma reanálise do ponto de partida, ou seja, não pode ser construído somente com base em uma variável revelada no presente. Sugerimos, portanto, que se leve em consideração o domínio funcional, para ampliação da lente analítica. Essa proposta, no entanto, conduz a um problema metodológico: a coleta de dados. Embora tenhamos feito “buscas” em pesquisas diversas, por razões que não convêm descrever aqui, cremos que a coleta de dados em programas de busca mitigaria resultados; somente a apropriação dos textos poderia mostrar, de fato, como era aquele domínio outrora. Sugerimos que a coleta em Sociofucionalismo Histórico o seja mediante empatia com os textos, juntamente porque o foco é histórico. Nos termos de Monteagudo (1999, p.16), “...cómpre conseguir unha certa empatía co texto e co autor, para interpretalo á luz do seu marco, penetrar o seu mesmo punto de vista, descubrir os filtros culturais e ideolóxicos que lle son propios.”<sup>8</sup> Ainda seguindo o autor, consideramos relevante essa apropriação porque é dela que decorre o entendimento de certos usos, seja pelo conjunto de textos do mesmo autor ou de outros autores do período.

Para corroborar, citamos Sousa (2024, p. 88), que mostra as possíveis codificações de “*havia*” e “*tinha*” no período medieval. A título de ilustração, se considerarmos somente a terceira pessoa do singular, pode-se constatar que o autor localizou dezenove formas diferentes para “*havia*” (auia; auía; auija; auja; auj´a; auya; avi'; avia; avía; aviia; avíia; avíia; avya; havia; auija; auja; aviaa; avija; avi) e vinte e duas formas para “*tinha*” (thíia; tija; tíj´a; tíj´nha; tíjnha; tíj´; teyna; tinia; tīa; tíi'; tiinha; tíinha; tinha; tīa; tíya; tiin'; tiin[n]a; tiinna; tíya; tiynna; tya; teenha).

---

<sup>8</sup> ...cumpre conseguir uma certa empatia com o texto e com o autor, para interpretá-lo à luz do seu marco, penetrar no seu mesmo ponto de vista, descobrir os filtros culturais e ideológicos que lhe são próprios. (Tradução nossa)

Nossa proposta para esse primeiro dilema envolve metodologicamente apropriação histórica dos textos (coleta '*in vivo*') e consequente ampliação do espectro analítico (análise por domínio funcional). Coletas '*in vitro*', a partir de buscas, seriam apropriadas para análises de reconhecimento, mas não parecem revelar a complexidade do fenômeno ou de um organismo. É esse o primeiro desafio ao pesquisador que se interessa por um Sociofuncionalismo Histórico. Não se trata de um caminho fácil, mas a decisão por um ou outro tipo de coleta pode gerar diferentes proveitos para os estudos linguísticos.

O exposto se associa à escolha do material de análise, em relação ao qual há dois aspectos a considerar: um *corpus* ou *corpora*? Como demarcar fronteiras temporais?

Ao considerarmos dados de épocas remotas, para as quais nossa intuição pode falhar, talvez não seja suficiente o uso de um *corpus*, é preciso optar pelo viés comparativo, estabelecer triangulações (na acepção de Denzin e Lincoln, 2005), para não sermos traídos pelos nossos próprios julgamentos. Como não somos falantes de um período antigo da língua, é preciso verificar se o que encontramos em um *corpus* condiz com os usos da época, por comparação a outros *corpora*. Se mais pessoas usam uma mesma forma, em diferentes lugares, em distintas ocasiões e com posição social diferente, deve ser pelo fato de ser uma forma corrente, não erro de copista ou hipercorreção de algum autor.

É necessário aludirmos, também, ao problema do material linguístico histórico, especialmente quando se busca integrar a dimensão social à explicação da mudança linguística. Conforme Conde Silvestre (2007), o pesquisador não dispõe de acesso direto às práticas linguísticas do passado, mas apenas a registros escritos que funcionam como evidências indiretas dessas práticas, o que impõe limites significativos à observação empírica da variação e da mudança. É preciso levar em conta que os textos preservados foram majoritariamente produzidos por grupos socialmente privilegiados e letrados, em contextos institucionais específicos, o que faz com que as variedades linguísticas registradas correspondam, em grande medida, a usos formais. Essa concentração dificulta a reconstrução da heterogeneidade linguística das comunidades de fala e restringe a análise dos processos de difusão social das inovações linguísticas.

Outro ponto relevante diz respeito à relação não transparente entre escrita e oralidade. A escrita obedece a convenções próprias, tradições discursivas e mecanismos de padronização que podem ocultar ou retardar o registro de mudanças já presentes na língua falada. Em decorrência disso, uma mudança inferida em textos escritos não reflete com precisão o momento de sua emergência e expansão no uso oral. Conde Silvestre (2007) enfatiza, ainda, a natureza fragmentária e descontínua do material histórico, marcado por lacunas temporais e geográficas. A distribuição irregular dos documentos dificulta o acompanhamento gradual dos processos de mudança linguística e pode induzir a interpretações que superestimam rupturas ou subestimam a continuidade histórica.

Isso se articula a outro dilema: *como estabelecer fronteiras temporais?* Esse questionamento, já pautado por Carneira (2009) e retomado por Coan (2021), tem sido resolvido por escolha de períodos mais ou menos consolidados, como os períodos indicados por exemplo, por Silva Neto (1970): pré-histórico, proto-histórico, trovadoresco, português comum e português moderno; ou por Cuesta (1971): pré-literário, galego-português, português pré-clássico, português clássico e português moderno. Há ainda os que optam por divisões históricas (Idade Média, Renascimento, por exemplo) ou escolas literárias (Realismo, Modernismo, por exemplo) ou, conforme observa Teyssier (1997, p. 31), alguns preferem considerar apenas dois grandes períodos: o “arcaico”, que vai até Camões (século XVI), e o “moderno”, que começa com ele.

Independentemente da escolha, recortamos a história e, talvez, um tipo de recorte não seja o melhor a depender do fenômeno. Segundo Carneira (2009), fazemos tais recortes porque “nosso pensamento precisa de pontos de referência” (p.105). Como o tempo é concebido linearmente, a delimitação facilita a compreensão. Advogamos, no entanto, que as escolhas não podem ser somente por preferência à organização temporal estabelecida por um ou outro autor. Vejamos um caso em que ajustes se fizeram necessários pela imposição dos dados. Pontes e Silva (2023), por exemplo, investigaram a utilização das formas de tratamento *tú*, *vos* e *usted* no espanhol argentino e uruguaio em oito peças teatrais, sendo quatro de cada país, situadas entre 1901 e 1940. No entanto, usos estilísticos previamente associados a uma década perpassavam tal limite, do que decorreu a necessidade de ajustes, sem delimitar fronteiras temporais fixas,

pois, no decorrer dos anos, conforme Campos e Rodríguez-Moura (1998), houve avanço das convenções sociais e, em particular, a crescente flexibilização do sistema pronominal do espanhol, o que dificulta a delimitação precisa entre usos formais e informais.

Além disso, embora o emprego de *usted* seja tradicionalmente classificado por Carricaburo (1997) como formal, associado a relações de poder (no âmbito das relações de simetria e assimetria propostas por Brown e Gilman, 1960), no espanhol americano, esse pronome assumiu, em determinados contextos, valores informais e solidários. Segundo Matte Bon (2008), verifica-se, em alguns países da América, uma ampliação dos usos de *usted*, inclusive em situações de intimidade, como nas relações familiares ou entre parceiros afetivos, a depender das intenções comunicativas e do tema da interação. Um exemplo recorrente ocorre no contexto familiar, no espanhol uruguaio, quando o pai, ao repreender a filha, recorre ao tratamento por *usted*. Desse modo, essa forma pronominal pode manifestar-se também em contextos menos formais e de maior proximidade, isto é, em situações discursivas menos marcadas.

Outro ponto diz respeito às fontes literárias históricas, selecionadas para a pesquisa, ou seja, como contemplar os sistemas literários de cada época? No tocante à América Latina, uma alternativa seria a consideração de comarcas culturais, nos termos de Rama (1982), o que nos permitiria delinear um quadro teórico-metodológico mais abrangente para a análise da variação e da mudança linguística em contextos históricos. Tal aproximação fundamenta-se na convergência entre língua, cultura e espaço social, concebidos como dimensões interdependentes na constituição dos usos linguísticos ao longo do tempo.

Conforme Pontes (2012), com base em Rama (1982), os conceitos de “comarcas” e “geração” são categorias analíticas voltadas à compreensão das especificidades dos sistemas literários latino-americanos. O conceito de “comarca” refere-se a um espaço que articula dimensões geográficas, sociais e culturais, permitindo delimitar áreas marcadas por relativa convergência de fatores naturais, étnicos e culturais. Tal perspectiva desloca o foco de uma visão homogênea da América Latina, evidenciando a diversidade interna que caracteriza o continente.

Assim, a perspectiva de comarca de Rama (1982) pode ser, particularmente, útil, para lidarmos com um dos principais desafios do uso de fontes literárias na pesquisa histórica: a tendência de interpretar as obras apenas como reflexos de uma realidade nacional ou como documentos isolados de seu contexto de circulação. Na concepção de Rama (1982), as comarcas culturais são espaços históricos e simbólicos definidos por processos de interação cultural, linguística e social que, frequentemente, ultrapassam fronteiras políticas e temporais.

No âmbito dessa proposta, Rama (1982) concebe a literatura como parte integrante da cultura, afastando-se de uma compreensão que a reduz a um objeto artístico autônomo. Ao contrário, a produção literária é entendida como inserida em um sistema cultural mais amplo, no qual interagem diferentes práticas sociais, valores e formas de expressão. Desse modo, a noção de comarca contribui para uma leitura situada da literatura latino-americana, ressaltando suas relações com os contextos regionais e socioculturais que a constituem, para além de fronteiras temporais. Dessa forma, a articulação proposta possibilita compreender a mudança linguística como um fenômeno inserido em redes de circulação cultural. As comarcas culturais operam como espaços de difusão e contato, nos quais práticas linguísticas são negociadas, reinterpretadas e transformadas. Assim, a mudança deixa de ser concebida apenas como um processo interno ao sistema linguístico, passando a ser entendida como resultado de interações sociais e culturais historicamente situadas.

Nessa direção, no caso da América Latina, segundo Aguiar e Vasconcelos (2001), é possível identificar diferentes comarcas culturais, entre as quais se destacam: (i) a Pampeana – que abrange regiões da Argentina, do Uruguai e do extremo Sul do Brasil; (ii) a Andina – que se estende do Norte da Argentina até a Colômbia e a Venezuela; (iii) além das comarcas Amazônica e Caribenha – esta última reunindo as ilhas e as zonas costeiras adjacentes. Essas delimitações não são meramente geográficas, mas resultam de processos históricos e culturais que configuram modos específicos de produção literária.

Mesmo com algumas saídas possíveis, corroboramos a constatação de Conde Silvestre (2007) de que a abordagem histórica deve ser metodologicamente crítica, articulando análise linguística interna com informações históricas e sociais, valendo-se de *corpora* diversificados e do

diálogo com a Sociolinguística variacionista, de modo a minimizar efeitos advindos do material linguístico histórico.

### **3 SEGUNDO APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO: TIPO DE PESQUISA (HISTÓRICA OU DIACRÔNICA) E ATUAÇÃO DE PRINCÍPIOS (SOCIOFUNCIONALISTAS)**

Começamos pelo tipo de pesquisa, para articular ao exposto anteriormente. Vimos mencionando análise histórica (em vez de diacrônica). Isso, *a priori*, pode parecer sem relevância, pois os termos poderiam ser vistos como sinônimos: o epíteto *histórica*, em geral, faz referência aos feitos do passado; falamos em análise diacrônica, em geral, como termo sinônimo, considerando seu étimo grego (*dia* = através de / *chronos* = tempo).<sup>9</sup> Uma observação feita por Paixão de Souza (2006), no entanto, envereda-nos a uma nova reflexão: “nem a abordagem sincrônica nem a abordagem diacrônica assim definidas incluem, a rigor, uma perspectiva *histórica* da partida.” (p. 24). Não invalidamos nenhum tipo de abordagem, apenas queremos mostrar que há diferenças. É acerca desse viés metodológico que discorreremos nesta seção (viés que, mais adiante, será articulado ao teórico indicado no título da seção).

A reconstrução do contexto social e a apropriação histórico-linguística configuram-se como pressupostos fundamentais para a análise dos fenômenos linguísticos em perspectiva histórica, na medida em que permitem compreender a língua como prática social historicamente situada e atravessada por valores culturais, ideológicos e relações de poder. Conforme assinalam Monteagudo (1999) e Conde Silvestre (2007), a interpretação dos dados linguísticos do passado exige a identificação de filtros culturais e ideológicos que condicionaram a produção, a circulação e a recepção dos textos, bem como os significados sociais associados às diferentes formas linguísticas. Esses filtros funcionam como instâncias mediadoras entre língua e sociedade, orientando tanto escolhas linguísticas quanto interpretações possíveis em um ou outro contexto histórico.

---

<sup>9</sup> Como as observações são de caráter mais geral, não nos ativemos a detalhes da morfologia de cada vocábulo, embora possamos também observar que ambos (histórico e diacrônico) contêm o sufixo *-ico* (relativo a).

Os usos linguísticos, nessa perspectiva, não se reduzem a escolhas individuais ou a estruturas abstratas, mas se ancoram em normas sociais, convenções discursivas e expectativas comunicativas próprias de cada período. Fatores como estratificação social, papéis institucionais, relações de autoridade, gênero, escolarização e pertencimento a grupos sociais específicos exercem influência direta sobre a seleção e a valoração das formas linguísticas. A reconstrução do contexto social, portanto, mostra-se indispensável para a compreensão de fenômenos de variação e mudança linguística, evitando interpretações anacrônicas, que projetem categorias contemporâneas sobre realidades históricas distintas.

Além disso, a análise dos significados sociais da linguagem requer a consideração das condições de produção dos textos, incluindo os gêneros discursivos mobilizados, os suportes de circulação, as intenções comunicativas dos produtores e as expectativas dos destinatários. Esses elementos contribuem para delimitar o alcance pragmático e social dos enunciados, permitindo compreender como determinadas formas linguísticas operam como indexadores de identidade, solidariedade, distância ou hierarquia, o que implica considerar a língua como um recurso semiótico de organização e reprodução de relações sociais ao longo do tempo.<sup>10</sup>

Por exemplo, ao transpor princípios contemporâneos da terceira onda da Sociolinguística para a reconstituição de grupos sociais do passado, pesquisas têm evidenciado diferentes aspectos linguísticos associados a indivíduos pertencentes a grupos sociais específicos, os quais se engajavam em determinados empreendimentos e partilhavam um repertório comum de recursos, como cavaleiros, nobres, escribas, impressores, editores, monges, clérigos ou profissionais da medicina, entre outros (Conde-Silvestre, 2016; Kaislaniemi, 2017).

O empreendimento histórico de conhecimento do contexto da época sob análise, permite-nos uma visão mais realista da estratificação social. Vejamos como isso se aplica levando em consideração uma opção do analista de comparar usos por faixas etárias. Consideremos, para tanto, as figuras 01 e 02:

---

<sup>10</sup> Diante dessas demandas analíticas, o diálogo interdisciplinar com a História Social e a Sociologia da Linguagem pode ser outro encaminhamento metodológico profícuo.

Figura 01: Notícia



Fonte: Jornal do Commercio  
(04/08/1960, Manaus/AM, jornal  
fundado em 1904)

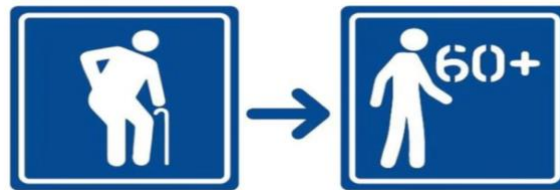
Figura 02: Trecho de “A Moreninha”

**“Uma pobre velha e três meninos mal vestidos e magros cercavam o leito em que jazia moribundo um ancião de cinqüenta anos, pouco mais ou menos.”**

Fonte: Joaquim Manuel de Macedo, capítulo 7, p. 30, 1844 – Fundação Biblioteca Nacional

Na figura 01, observa-se que uma pessoa de 42 anos é designada como “velha” na data da edição do Jornal. Em 02, nas proximidades de 50 anos, aparece o termo “ancião”, para designar o indivíduo. Nos anos 1990, verificamos que a idade de 50 anos ainda era um marco para os bancos de dados. Pesquisas com base no banco VARSUL (Variação Linguística da Região Sul), por exemplo, indicam resultados referentes aos “mais novos” (abaixo de 50 anos) e “mais velhos” (com 50 anos ou mais). Hoje, a relação com faixa etária é diferente: considera-se idoso o indivíduo com mais de 60 anos e o termo “idoso” nem aparece com frequência; prefere-se 60+, como mostramos na figura 03, cujas imagens indicam a passagem da representação de idoso como uma pessoa curvada usando bengala para a de uma pessoa ereta e sem bengala.

Figura (03): Placas de acessibilidade a pessoas com mais de sessenta anos



Fonte:

<https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/contran-muda-imagem-de-placa-de-transito-sobre-idosos/>

Não é nossa intenção abordar as implicações de cada figura para o contexto da época, mas mostrar que não se pode olhar o passado com nossa avaliação do presente. Queremos apenas indicar que o que se interpreta em um período não necessariamente condiz com o que se considera em outro, razão pela qual a análise do contexto sócio-histórico da época pesquisada, antes da inclusão de determinadas variáveis, poderia promover verossimilhança. A analogia feita por Paixão e Sousa (2006) com o jogo de xadrez é bem apropriada ao teor dessa “conversa”: analisar o jogo de xadrez sem considerar os participantes, o lócus e o propósito, por exemplo, seria como imaginar esse tabuleiro suspenso, sem nada a interferir no jogo. Trata-se de uma análise válida? Cremos que sim, mas talvez não seja a melhor.

A análise por gênero textual igualmente demanda reflexão. Conde Silvestre (2007) destaca a importância de considerar os gêneros textuais e suas condições de produção, uma vez que cada gênero impõe restrições específicas ao uso da língua. Mesmo assim, a padronização para quem estuda um fenômeno no passar do tempo (um caso de gramaticalização, por exemplo), pode gerar efeitos diferentes, pois muitos dos gêneros de outras épocas não se encaixam especificamente em uma configuração atual de gênero. Por exemplo, de acordo com Pontes e Silva (2020), a padronização de gêneros com base em categorias atuais tende a obscurecer a complexidade das fontes históricas. No caso do teatro chileno do início do século XX, a heterogeneidade linguística e discursiva exige uma abordagem que leve em conta as condições de produção, os objetivos estéticos e as dinâmicas culturais que atravessam o texto, em consonância

com uma perspectiva ampliada, como a oferecida pela noção de comarcas culturais.

Do exposto até o momento, parece-nos importante considerar os tipos de análise apontados por Mattos e Silva (1999): *lato sensu* e *stricto sensu*. A Linguística Histórica em sentido estrito é aquela que se ocupa do processo de mudança das línguas (de uma única língua ou de estudo comparado). A Linguística Histórica em sentido amplo pode se referir a “todo estudo lingüístico que se funde em base de dados necessariamente datados e localizados. (...) análises (...), portanto, historicamente contextualizadas” (p. 149). A perspectiva pancrônica, de fato, parece uma saída, já que “a verdade sincrônica e a verdade diacrônica, à maneira da oposição entre ‘tese’ e ‘antítese’ da dialética hegeliana, confluem numa síntese ampla (Wartburg, 1946, p. 123 *apud* Câmara, 1969, p.45).

Considerando que se tenha conseguido operar, em perspectiva histórica, com o devido mapeamento das variáveis sociais, isso resolveria em parte a aplicação de princípios, como correlação ao âmbito social (resolvendo o papel do rótulo *socio-* do Sociofuncionalismo). Conforme Conde Silvestre (2007), o social ocupa um lugar constitutivo para explicação da mudança linguística, rompendo com perspectivas estritamente internalistas, pois as línguas não mudam de forma autônoma, mas no interior de comunidades de fala historicamente situadas, que condicionam a difusão, a estabilização ou o recuo de inovações linguísticas.

A isso se pode associar o disposto por Givón (2001) acerca das funções de natureza meta-comunicativa: (i) a função de coesão sociocultural, pela qual a língua contribui para a manutenção da unidade do grupo e para a sinalização da identidade e do pertencimento; (ii) a função afetiva ou interpessoal, responsável por mediar as relações entre os indivíduos, permitindo a expressão de sentimentos, atitudes e relações como cooperação, obrigação, hierarquia, domínio ou competição; e (iii) a função estética, em que a língua é mobilizada como recurso de valorização estética em práticas como a oratória, a literatura, a poesia, a música e o teatro. Embora Givón (2001) reconheça que a atuação da gramática na realização dessas funções meta-comunicativas seja relativamente limitada, ao tratar especificamente de interjeições, posiciona-as em uma zona intermediária entre a gramática e as convenções culturais que regulam o comportamento social e interpessoal na interação. Nessa perspectiva, tal categoria linguística

reflete aspectos do fluxo conversacional e de fatores sociopragmáticos como *status*, poder, polidez e deferência.

No caso específico da Sociolinguística, como componente da tríade aqui apresentada (Sociolinguística + Funcionalismo + Linguística Histórica), não estaria restrita à primeira onda (com estabelecimento de correlações entre variáveis linguísticas e macro-categorias sociais, tais como classe, gênero, idade e etnia, com o objetivo de identificar padrões regulares de variação nas comunidades de fala), nem a estudos de segunda onda (orientados por uma abordagem etnográfica, os quais consideraram categorias socioculturais locais e as práticas sociais dos grupos, enfatizando a relação entre língua e identidade social ou regional), mas incluiria estudos de terceira onda que destacam o uso criativo e estilístico da linguagem na (re)construção de identidades, estilos e significados sociais, concebendo a língua como um sistema semiótico dinâmico, inseparável das dimensões sociais e ideológicas (Görski, Paza e Amaral, 2023).

Na esteira de Lass (1980) e Conde Silvestre (2007), consideramos que a variação observável em determinados momentos do passado não deve ser vista como ruído ou irregularidade, mas como evidência empírica de forças sociais em atuação. Nesse sentido, o social funciona como mediador entre o indivíduo e o sistema linguístico, influenciando determinadas propagações ao longo do tempo. Para Lass (1980, p. 166), as generalizações feitas no âmbito da Teoria da Variação e Mudança constituem o que pode, em princípio, parecer fortes explicações, embora, por vezes, falte relevância empírica, o que seria essencial para uma explicação verdadeira. O autor observa, entretanto, que formulações dessa natureza são adições significativas para conhecimento da língua e sua função social.

A correlação da análise ao viés social permite uma abordagem “histórica” em comparação à abordagem “diacrônica”. Essa correlação implica, outrossim, articulação a outros princípios da Sociolinguística. Daqueles considerados por Labov (2003), pode-se depreender que, em Sociofuncionalismo Histórico, também não se pode pressupor indivíduos com um estilo único, pois os estilos decorrem, entre outros fatores, de relações de poder e solidariedade e de tópicos discursivos mais/menos formais. É importante observar ainda que novas formas são adotadas primeiramente por um grupo social e, gradualmente, espalham-se para outros grupos (o comportamento sociolinguístico reflete um conjunto de

normas, crenças e atitudes). Ademais, ao longo da história, há mais diferenças entre usos linguísticos por homens e mulheres (em geral, mulheres são mais sensíveis à correção), do que os observados atualmente.

Passemos à pauta dos princípios funcionalistas, pois se é evidente sua aplicação em pesquisas sincrônicas atuais, não é tão nítida sua aplicação na história. Já destacamos a parte funcionalista do Sociofuncionalismo ao tratarmos do primeiro aporte considerando “domínio funcional”, mas como as pesquisas sociofuncionalistas lidam com princípios, seria importante tecer algumas considerações sobre como medi-los historicamente. Eis o que apresentamos a seguir. Tratamos de três aqui: Gramaticalização (o mais evidente em pesquisas históricas), Iconicidade e Marcação.

Para Lichtenberk (1991, p.38), gramáticas são produtos de desenvolvimentos históricos (p. 38). Dessa observação, decorre a compreensão de que gramaticalização não poderia ser considerada, em Sociofuncionalismo Histórico, apenas como “atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma” (Meillet [1912], 1965, p.131). Tal definição, embora seminal, revela-se insuficiente para dar conta da complexidade dos processos envolvidos, uma vez que privilegia uma perspectiva linear e categorial da mudança linguística. Em contraste, o Sociofuncionalismo Histórico propõe compreender a gramaticalização como um fenômeno multifacetado, que envolve não apenas a mudança de estatuto categorial de itens linguísticos, mas também transformações graduais em seus usos discursivos, em sua frequência e em seus contextos de ocorrência.

Além disso, ao incorporar uma dimensão sócio-histórica, o Sociofuncionalismo Histórico enfatiza que tais processos não ocorrem de forma homogênea na comunidade linguística, mas são sensíveis a fatores como estratificação social, redes de interação, gêneros discursivos e práticas culturais. Nesse sentido, a mudança gramatical deve ser analisada à luz das condições de produção e circulação dos enunciados, o que exige uma atenção particular às fontes históricas e às suas especificidades.

Quanto à iconicidade e à marcação, segundo Givón (1995), são princípios relevantes para verificar tendências de mudança e estabilização da língua em uso. Os princípios icônicos são três: da quantidade – que prevê a correlação entre quantidade de informação e quantidade de codificação;

da proximidade – que correlaciona proximidade cognitiva com proximidade de unidades no plano da codificação, e da ordem sequencial – que orienta a ordenação linear semântica e pragmaticamente (Givón, 1984, 1995 e 2001). Os três são perfeitamente aplicáveis em análises mais atuais, mas historicamente só podem ser considerados se houver imersão nos textos de outra época.

Por exemplo, o princípio da quantidade pode ser observado diacronicamente quando se identifica que formas mais longas ou mais explícitas (como perífrases verbais ou construções analíticas) são utilizadas em contextos de maior complexidade informacional. No entanto, essa observação só é válida se o corpus permitir avaliar a distribuição funcional dessas formas, levando em conta o gênero textual, o perfil do escrevente e as convenções da época. De modo semelhante, o princípio da proximidade pode ser analisado quando estruturas sintáticas refletem relações semânticas estreitas, como a adjacência entre verbo e complemento em construções fortemente integradas. Contudo, em textos antigos, essa proximidade pode ser afetada por normas retóricas ou estilísticas, o que exige cautela na interpretação. Já o princípio da ordem sequencial pode ser identificado na organização linear dos enunciados, sobretudo em narrativas, nas quais a ordem dos eventos tende a seguir sua sequência temporal ou lógica. Em perspectiva histórica, porém, essa linearidade pode ser reconfigurada por convenções discursivas específicas, como inversões estilísticas frequentes em textos literários.

Dessa forma, a aplicação do princípio de iconicidade em estudos diacrônicos não é direta nem automática. Ela depende de uma análise que leve em conta a mediação das fontes, os gêneros discursivos, as práticas culturais e as condições de produção textual. Em consonância com uma abordagem sociofuncionalista histórica, isso significa que tais princípios devem ser interpretados como tendências probabilísticas, cuja manifestação concreta só pode ser compreendida a partir de uma reconstrução contextualizada dos usos linguísticos no passado.

No âmbito do Sociofuncionalismo, a noção de marcação, conforme formulada por Givón (1990, 1995, 2001), também constitui um princípio explicativo central para a compreensão das assimetrias estruturais e funcionais na língua em uso. Segundo o autor, as estruturas marcadas tendem a apresentar maior complexidade estrutural, menor frequência de

ocorrência e maior custo cognitivo de processamento. Tais dimensões, embora inter-relacionadas, não se manifestam de modo uniforme, sobretudo quando consideradas em perspectiva histórica.

A complexidade estrutural refere-se, em geral, à maior extensão formal ou ao grau de elaboração sintática de uma construção. Um exemplo pode ser observado na oposição entre formas simples e perifrásticas. Em variedades do espanhol peninsular e americano, a construção perifrástica *ir + a + infinitivo* (por exemplo, *voy a hablar*) tende a ser menos marcada do que o futuro sintético com valor modal (*hablaré*, com sentido de conjectura). Em determinados contextos discursivos, especialmente em registros formais, o futuro sintético pode adquirir um valor epistêmico mais marcado, como em “Estará en casa”, em que a inferência do falante exige maior processamento interpretativo, segundo Pontes e Oliveira (2023).

No que se refere à frequência, observa-se que formas menos recorrentes tendem a ser mais marcadas. Um caso ilustrativo é o do pretérito anterior (*hube cantado*), presente no espanhol clássico e ainda documentado em textos formais ou literários de diferentes épocas. Essa forma, hoje praticamente ausente do uso oral nas variedades contemporâneas do espanhol, apresenta baixa frequência e distribuição restrita, sendo substituída, na maioria dos contextos, pelo pretérito pluscuamperfecto (*había cantado*) ou pelo pretérito indefinido (*canté*), de acordo com Gómez Torrego (2011). Sua baixa recorrência contribui para sua caracterização como forma marcada.

A dimensão cognitiva da marcação, por sua vez, revela-se mais complexa de operacionalizar, especialmente em estudos históricos. Trata-se do esforço mental requerido para o processamento e a interpretação de determinadas estruturas. Em variedades do espanhol, esse aspecto pode ser observado de maneira particularmente produtiva nas formas de tratamento, cuja escolha envolve fatores pragmáticos, sociais e interacionais. Por exemplo, em variedades do espanhol peninsular, a alternância entre *tú* e *usted* implica diferentes graus de formalidade e distância social. A forma *usted*, por sua maior carga sociopragmática e por demandar maior atenção às relações de poder e cortesia, pode ser considerada mais marcada em contextos informais, conforme Pontes e Lima (2024). Já em variedades do espanhol rioplatense, o uso de *vos* em lugar de *tú* constitui a forma não marcada no cotidiano, enquanto *tú* pode

emergir como forma marcada, associada a registros mais formais, escolares ou a influências externas.

Além disso, em algumas variedades andinas e centro-americanas, para Ramírez Vaquero (2011), Carricaburo (2015), RAE (2025) e Pontes e Brasil (2025), observa-se a coexistência de sistemas tripartites (*tú, vos, usted*), nos quais a escolha da forma de tratamento exige do falante uma avaliação mais refinada das relações interpessoais, do contexto comunicativo e das normas socioculturais. Esse processo implica maior complexidade cognitiva, uma vez que o falante precisa selecionar, entre múltiplas opções, aquela que melhor se adequa à situação.

Há que atentar para o fato de que uma forma menor — *usted* (menos complexa estruturalmente), na comparação com *vuestra merced*, por exemplo, embora ilustre um processo de gramaticalização acompanhado de redução formal e mudança funcional, mantém alto grau de marcação pragmática, por estar associada a contextos de formalidade e deferência, segundo Cano (2005), Ramírez Vaquero (2011), Carricaburo (2010, 2015) e Ramírez Luengo (2022).

Diante das dificuldades de mensuração direta da complexidade cognitiva, sobretudo em corpora históricos, uma alternativa metodológica consiste em considerar o conteúdo temático e o gênero discursivo. Em textos jurídicos do espanhol colonial ou em discursos políticos do século XX, por exemplo, em variedades do espanhol chileno ou argentino, observa-se frequentemente o uso de estruturas sintáticas mais complexas, períodos longos e encadeamentos argumentativos densos. Tais características indicam maior grau de marcação, não apenas pela forma, mas também pelas exigências interpretativas impostas ao interlocutor. Aludimos também a Givón (2012) acerca de topicalidade, recuperabilidade do tópico e mudança de tópico, assim, quanto mais dificuldade em identificar um referente no texto, mais marcado seria o item (ou mais pressuposicional). Construções de mudança de tópico seriam igualmente mais marcadas, pois a expectativa seria a de continuidade tópica.

Desse modo, a investigação de princípios funcionalistas em Sociofuncionalismo Histórico ultrapassa a descrição estrutural, configurando-se como uma via privilegiada para compreender a dinâmica do uso linguístico em sua dimensão discursiva e social.

Os dilemas sobre os quais tecemos considerações neste artigo não se aplicam somente a tríade proposta. Cremos que outras análises já tenham se deparado com alguns deles. Como decorrem de questões surgidas no decorrer de nossas pesquisas, aqui os sistematizamos, para que outros pesquisadores possam visualizar as saídas propostas, questionar sua existência ou apontar outras.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A apresentação de aportes teórico-metodológicos para algumas questões que advieram de nossas pesquisas constituiu um meio de sistematização de premissas para a construção de um Sociofuncionalismo Histórico. As inquietações conduziram-nos à busca de saídas, mas muitas portas continuam se abrindo, ou seja, há outras saídas possíveis. Nosso intuito de sistematização por campos/domínios teve o objetivo de mostrar que questões teóricas se articulam a metodológicas e vice-versa.

Em um primeiro campo, articulamos a escolha do ponto de partida à coleta de dados. Sugerimos que a análise o seja por domínio funcional, o que impacta diretamente na coleta de dados que deve ser o mais autêntica possível (*in vivo*), por gêneros consolidados no período investigado. Ademais, é preciso ter em mente que a delimitação de um período histórico decorre da necessidade de termos marcos/referências temporais, mas as mudanças são graduais, não abruptas de um período a outro. Na sequência, em um segundo campo teórico-metodológico, tratamos do tipo de pesquisa, sugerindo que a pesquisa histórica (em contraposição à diacrônica) seria mais realista e aquela a que mais diretamente se aplicariam princípios da Sociolinguística e do Funcionalismo, teorias de base do Sociofuncionalismo Histórico.

Quando articulamos perspectivas, por mais próximas que sejam epistemológica, teórica ou metodologicamente, nunca há correlação de um para um. Há impasses que, por vezes, são deixados de lado ou mitigados em prol daquilo que converge e que de fato interessa à explicação de um ou outro fenômeno. Embora seja mais simples retirar ou contornar “*a pedra no meio do caminho*”, consideramos que impasses precisam ser problematizados em busca de alternativas, o que torna o resultado cientificamente mais preciso. Eis uma das contribuições de nossa proposta.

Outra decorre da própria articulação teórica em tríade, promovendo avanço à perspectiva sociofuncionalista, ao incorporar o viés da Linguística Histórica. Pode-se considerar, ainda, que as discussões teóricas promovidas estão apoiadas em dados provenientes de pesquisas empíricas, o que propicia ao leitor a observação do impasse e do direcionamento em contextos analíticos autênticos.

O viés argumentativo que aqui adotamos busca, outrossim, que mais pesquisadores se sintam desafiados a encarar uma jornada pelo Sociofuncionalismo Histórico e encontrem novas saídas ou validem, por meio de análise de dados, as que aqui apontamos. Por enquanto, contamos uma parte da história.

Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias (Lispector, 1999, p. 12).

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. W.; VASCONCELOS, S. G. T. **Ángel Rama** – Literatura e cultura na América Latina. Tradução de Raquel dos Santos e Elza Gasparotto. São Paulo: EDUSP, 2001.

BELLO, A. **Gramática de la lengua castellana**. Buenos Aires: Sopena, 1847.

BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.) **Sociolinguistics**. The Essential Readings. United Kingdom: Blackwell, 2003 [1960]. p. 156-176.

CÂMARA, J. M. **Princípios de Lingüística Geral** (4 ed.). Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

CAMPOS, S. N.; RODRIGUES-MOURA, E. ¿Formal o Informal? He ahí la cuestión... las formas de tratamiento en las clases de E/LE para alumnos brasileños. **ASELE**, Actas IX, 1998. <http://goo.gl/PVvz1N>. Acesso em: 16 dez. 2025.

CANO, R. A. **Historia de la lengua española**. 2ª Edición. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.

CARDEIRA, E. Revisitando a periodização do português: o português médio. **Domínios da Linguagem**, p. 103-115, 2009. <https://doi.org/10.14393/DL6-v3n2a2009-7>

CARRICABURO, N. **Las fórmulas de tratamiento en el español actual**. 1ª edición. Madrid: Arco Libros, S.A., 1997.

CARRICABURO, N. El ustededeo, un fenómeno que avanza en la Argentina. In: HUMMEL, M.; KLUGE, B.; VÁSQUEZ LASLOP, M. E. (org.). **Formas y fórmulas de tratamiento en el mundo hispánico**. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 2010. p. 887-900.

CARRICABURO, N. **Las fórmulas de tratamiento en el español actual**. 2ª edición. Madrid: Arco Libros, 2015.

CERVANTES, M. **Don Quijote de la Mancha**. Edición de Francisco Rico. Barcelona Crítica, 1998.

COAN, M. **Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que-) perfeito**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

COAN, M. **As categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlação entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

COAN, M. Sociofuncionalismo em diacronia: dilemas, conjecturas e aplicações. **Estudos da Língua(gem)**, v. 19, n. 4, p. 35-58, 2021. <https://periodicos2.uesb.br/estudosdalinguagem/article/view/8120/6590>

COAN, M.; LIMA, E. V.; SAMPAIO, M. F. . Entre perfeito e mais-que-perfeito no Português falado no Ceará-Brasil: atuação socioestilística na expressão do passado do passado. **Studia Neophilologica**, v. 92, p. 1-15, 2021.

COAN, M. Da variação entre -RA e -RO à homonímia na terceira pessoa do plural dos pretéritos perfeito e mais-que-perfeito simples. **Revista Diálogos (RevDia)**, v. 10, n. 3, p. 139-158, 2022. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/14088>

COAN, M. O perfeito anterior: apogeu e decadência. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 41, n. 3, p. 1021, 2025. <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/66518>

CONDE SILVESTRE, J. C. **Sociolingüística histórica**. Madrid: Gredos, 2007.

CONDE-SILVESTRE, J. C. A 'third-wave' historical sociolinguistic approach to late MiddleEnglish correspondence: evidence from the Stonor Letters. In: RUSSI, C. (Ed.), **Current Trends in Historical Sociolinguistics**. Warsaw/Berlin: Open De Gruyter. 2016, p. 46–66. <https://doi.org/10.1515/9783110488401-006> . Acesso em: 17 dez. 2025.

CUESTA, P. V.; LUZ, M. A. M. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 1980 [1971].

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The handbook of qualitative research**. Londres: Sage, 2005.

DIAS, E. S. **Syntaxe Historica Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.

DUBOIS, S.; VOTRE, S. J. Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico. In: VOTRE, S. J. (org.). **A construção da gramática**. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 49-71.

GIVÓN, T. Tense-Aspect-Modality. In: GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. v.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984. p. 269-320.

GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1990.

GIVÓN, T. Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation. In: GIVÓN, T. **English Grammar: a functional-based introduction**. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Co., vol. I e II, 1995.

GIVÓN, T. **Syntax: An introduction**. John Benjamins, 2001.

GIVÓN, T. **A Compreensão da Gramática**. Tradução de M. A. F. da Cunha; M. E. Martelota e F. Albani. São Paulo: Cortez; Natal: EDUFRN, 2012.

GÓMEZ TORREGO. L. **Gramática didáctica del español**. 10ª edición. Madrid: SM, 2011.

GÖRSKI, E. M.; TAVARES, M. A. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista. **Revista do GELNE**, v. 15, p. 75-97, 2013. <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9411/6765>

GÖRSKI, E. M.; VALLE, C. R. M. A dinâmica do significado social na gramaticalização: desafios para uma abordagem sociofuncionalista. **Estudos da língua(gem) (online)**, v. 19, p. 183-207, 2021. <https://doi.org/10.22481/el.v19i4.9278>

GÖRSKI, E. M.; PAZA, C. R. M.; AMARAL, K. O. Por uma noção de domínio sociofuncional. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, 39(2), p. 1-31, 2023. <https://doi.org/10.1590/1678-460X202339252289>

HOPPER, P. J. On Some Principles of Grammaticization. In: TRAUGOTT E. C.; BERND H. (Ogs.). **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991, p. 17-35.

KAISLANIEMI, S. The early English East India Company as a community of practice: evidence of multilingualism. In: WAGNER, M.; BEINHOFF, B.; OUTHWAITE, B. (Eds.). **Merchants of Innovation: The Languages of Traders**. Studies in Language Change (Vol. 15). Berlin, Munich & Boston: De Gruyter Mouton. 2017, p. 132-157. <https://doi.org/10.1515/9781501503542-007>. Acesso em: 17 dez. 2025.

LABOV, W. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44. Texas, 1978.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change: Internal Factors**. Cambridge, MA: Blackwell, 1994.

LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.

LASS, R. **On explaining language change**. New York: Cambridge, 1980.

LICHTENBERK, F. On the Gradualness of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991, p. 37-80.

LISPECTOR, C. **A Legião Estrangeira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MARTINS, K. C. A variação entre o pretérito mais-que-perfeito simples e composto em textos jornalísticos. **Diadorim**, v. 8, 2011, p. 15-30. <https://doi.org/10.35520/diadorim.2011.v8n1a7975>

MATTE BON, F. **Gramática comunicativa del español**. Tomo 1 – De la lengua a la idea. Madrid: Edelsa, 2008.

MATTOS e SILVA, R. V. Orientações atuais da Linguística Histórica brasileira. **D.E.L.T.A**, v. 15, n. ESPECIAL, p.147-166, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000300006>

MATTOS e SILVA, R. V. **O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2001.

MEILLET, A. L'évolution des forms grammaticales. In: MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Librairie Honoré Champion, Éditeur, 1912 [1965], p. 130-148.

MONTEAGUDO, H. **Historia social da lingua galega**. Vigo: Editorial Galaxia, 1999.

NARO, A. J.; BRAGA, M. L. A interface sociolinguística/ gramaticalização. **Gragoatá**, n. 9, p. 125-134, 2000. <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/49042>

PAIXÃO de SOUSA, M. C. Lingüística Histórica. In: NUNES, J. H.; PFEIFFER, C. C. (Orgs.) **Introdução às Ciências da Linguagem – Linguagem, História e Conhecimento**. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-48.

PONTES, V. O.; BRASIL, J. O. Os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos no uso das formas tú, vos e usted: uma análise do livro didático *cercanía joven*. **Caminhos em Linguística Aplicada**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 149-171, 2025. DOI: 10.69609/2176-8625.2025.v31.n2.a3977. Disponível em: <https://periodicos.unitau.br/caminhoslinguistica/article/view/3977>. Acesso em: 22 fev. 2026.

PONTES, V. O.; LIMA, J. V. M. Uma análise cognitivo-funcional do uso de tú e usted no espanhol oral de Valência. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 18, p. e1817, 2024. DOI: 10.14393/DLv18a2024-17. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/71848>. Acesso em: 22 fev. 2026.

PONTES, V. O.; SILVA, R. F. Marcação/não marcação das formas de tratamento tú, vos e usted via planos discursivos. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 17, p. e1714, 2023. DOI: 10.14393/DLv17a2023-14. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/67784>. Acesso em: 22 fev. 2026.

PONTES, V. O.; OLIVEIRA, B. M. N. A expressão de futuro no livro didático de E/LE: valores temporais e modais. **Revista de Letras Norte@mentos**, [S. l.], v. 16, n. 45, 2023. DOI: 10.30681/rln.v16i45.10751. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/10751>. Acesso em: 22 fev. 2026.

PONTES, V. O.; SILVA, R. F. Formas de tratamiento en el comienzo del siglo XX: análisis de dos obras teatrales chilenas. **Revista eletrônica do GEPPELE**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/geppele/article/view/59982>. Acesso em: 22 fev. 2026.

PONTES, V. O. **O pretérito imperfeito do indicativo e as perífrases imperfectivas de passado em contos literários escritos em espanhol: um estudo sociofuncionalista**. 2012. 265p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2012.

RAMA, Á. **Transculturación narrativa en América Latina**. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1982.

RAMÍREZ LUENGO, J. L. **Breve historia del español de América**. 5ª edición. Madrid: ArcoLibros, 2022.

RAMÍREZ VAQUERO, M. **El español de América II: morfosintaxis y léxico**. 4ª edición. Madrid: ArcoLibros, 2011.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Nueva gramática de la lengua española**. Volumen 01. Madrid: Espasa-Calpe, 2025.

SILVEIRA BUENO, F. **A Formação histórica da língua portuguesa**. Livraria Acadêmica, 1955.

SILVA NETO, S. **História da língua portuguesa**. 2a. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

SOUSA, F. J. G. **Incursão histórica pelo português arcaico: multifuncionalidade, variação e gramaticalização do pretérito mais-que-perfeito do indicativo**. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2024.

SOUSA, V. V.; KANTACK, G. S.; SILVA, C. R. **Caminhos do Sociofuncionalismo**. Estudos da Língua(gem), v. 19, n. 4, 2021, p. 3-8. <https://doi.org/10.22481/el.v19i4.10166>

TAGLIAMONTE, S. A. **Analysing sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TAVARES, M. A. **A gramaticalização de é, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) - Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. (Tradução de Celso Cunha). São Paulo, Martins Fontes, 1997.

COAN, Márluce; PONTES, Valdecy de Oliveira. Aportes teórico-metodológicos para um Sociofuncionalismo Histórico. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 16, e97262, 2026. DOI: 10.36517/ep16.97262.